

Esquenta a luta
contra a
reforma
da previdência

Pág 3



Sinasefe apoia
a greve dos
servidores de
Florianópolis

Pág 4



Ano XVIII | Edição 240- 20 de Fevereiro de 2017

CONTEXTO

BOLETIM INFORMATIVO DO SINASEFE



Seção Sindical IFSC

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Reposição de horas é rejeitada pela categoria



Servidores
são contrários
à proposta da
Reitoria, pois
entendem que
não há trabalho
acumulado e o
semestre já foi
finalizado, com
o cumprimento
de todos os dias
letivos.

Pág 2

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – Seção Sindical IFSC.

Rua Nunes Machado, 94 – Ed. Tiradentes – 7º andar – Centro – Florianópolis/SC. CEP: 88.010-460. Fone (48) 3028-5787 e (48) 3028-2872. www.sinasefe-sc.org.br – twitter: @SinasefeIFSC. Facebook: www.facebook.com/sinasefe.

Gestão 2015-2017

Conscientização,
Mobilização e Luta.

Projeto Gráfico:

Flávia Destri Garcia.

Jornalista Responsável:

Luciano Faria (SC 363 JP).

Impressão: Open Brasil Graf.

DIRETORIA

COORDENAÇÃO GERAL

André Eitti Ogawa.

Nadja Margotti Mendonça

Paulo Henrique O. P. de Amorim

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Everton Murilo Vieira

Obérti Eleandro Mayer

Vanildo Santos

COORDENAÇÃO DE PESSOAL

Lisani Geni Wachholz Coan

Elenira Oliveira Vilela

Janaína Turcato Zanchin

ASSUNTOS JURÍDICOS E FORMAÇÃO
POLÍTICA

Daniela Cristina Kassner

Marcos Dorval Schmitz

COMUNICAÇÃO E ATIVIDADES
CULTURAIS

Felipe Ferreira Bem Silva

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS
EDUCACIONAIS

Oscar Raimundo dos S. Júnior

Roberto Gonçalves Strelow

ARTICULAÇÃO NOS CÂMPUS

Fernanda Rosá

Servidores rejeitam proposta da Reitoria de reposição de horas

Reunidos em assembleia geral na tarde da última segunda-feira, dia 13/02, no auditório do câmpus Florianópolis Centro, os servidores do IFSC decidiram, por unanimidade, rejeitar a proposta da Reitoria de repor as horas da paralisação dos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2016. A proposta consta do Termo de Compromisso assinado entre a gestão do Instituto e o Sinasefe no dia 9 deste mês.

Os servidores são contrários à reposição de horas, pois entendem que não há trabalho acumulado e o semestre já foi finalizado, com o cumprimento de todos os dias letivos. A assembleia entendeu também que o parecer da AGU utilizado pela Reitoria para justificar a sua proposta é posterior aos dias de paralisação e, portanto, não pode retroagir para prejudicar a categoria.

Conforme previsto no Termo de Compromisso, os servidores elegeram dois sindicalizados de base para compor a Comissão Paritária que vai discutir e apresentar propostas de reposição dos dias paralisados em 2016: os servidores Fernando Ribas e João Pacheco de Souza. Além deles, a DSS recebeu autorização da assembleia para indicar mais três diretores dentre aqueles que participaram do processo de negociação com a Reitoria, completando assim os cinco nomes da bancada do Sinasefe.

A assembleia iniciou com um debate sobre a conjuntura, que contou com a participação do sargento Amauri Soares, da APRASC e do Fórum de Lutas em Defesa dos Direitos; e da militante do CSP-Conlutas e do Movimento Luta Popular de São Paulo, Irene Guimarães.



Servidores são contrários à reposição de horas, pois entendem que não há trabalho acumulado e o semestre já foi finalizado, com o cumprimento de todos os dias letivos.

Após o debate com os servidores, a assembleia aprovou diversos encaminhamentos (ver quadro).

Além desses temas, a assembleia indicou ainda a participação da categoria no debate sobre “Dívida Pública e os ataques à Previdência Social”, que será realizado nos dias 17 e 18 de fevereiro, na UFSC, durante o II Congresso Regional da Auditoria Cidadã da Dívida de Santa Catarina. Os servidores elegeram ainda o sindicalizado Felipe Acácio Jacques (base) e a diretora Janaína Turcato Zanchin (diretoria) como delegados à 148ª Plena do Sinasefe, que acontece nos próximos dias 18 e 19 de fevereiro, em Brasília. Eles vão participar também das reuniões dos GTs do Sindicato Nacional, nos dias 16 e 17/02.

TOME NOTA

Calendário de atividades

16 e 17/02 – Reunião dos GTs do Sinasefe, em Brasília.

18 e 19/02 – 148ª Plena do Sinasefe, em Brasília.

Encaminhamentos da assembleia

- Mobilização para a participação da categoria nas atividades do dia 8 e 15/03.
- Criação de comitê de mobilização para construir a Greve das Mulheres no dia 8 de março no âmbito do IFSC.
- Posição para ser levada à 148ª Plena do Sinasefe favorável à greve no dia 15/03 contra a reforma da previdência e à caravana a Brasília no dia 25/03.
- Moção e apoio financeiro à greve dos servidores da Prefeitura de Florianópolis.
- Investimento financeiro no Fórum de Lutas em Defesa dos Direitos.
- Indicação de distribuição de materiais do Fórum e organização de reuniões pelos servidores do IFSC em seus respectivos locais de moradia.
- Nova assembleia no dia 3 de março para análise das propostas debatidas na Comissão Paritária e organização das mobilizações dos dias 8 e 15/03.

03/03 – Assembleia Geral do Sinasefe.

08/03 – Greve Internacional das Mulheres.

15/03 – Dia Nacional de Mobilização contra a reforma da previdência e Dia Nacional de Paralisação da Educação.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

PEC 287 é a minimização da Previdência Pública

O movimento sindical vai intensificar a luta contra a Reforma da Previdência proposta pelo governo Michel Temer, através da PEC 287. Esta foi a principal conclusão do debate a “PEC 287 e a minimização da Previdência Pública”, realizado na manhã do dia 3 de fevereiro, na Fecesc, em Florianópolis, onde estiveram reunidos mais de 100 dirigentes de centrais sindicais, federações e sindicatos de trabalhadores de Santa Catarina. Diversas iniciativas já estão sendo tomadas neste sentido, como o Fórum Estadual de Lutas em Defesa dos Direitos (o Fórum Regional foi criado em Jaraguá do Sul no dia 10 de fevereiro, no auditório do IFSC) e a campanha “Reforma da Previdência - Sua Aposentadoria Acaba Aqui”, lançada pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT). Dias 17 e 18 de fevereiro, acontece o “Congresso Catarinense sobre Previdência e

Dívida Pública” e a mobilização deve culminar no dia 15 de março, dia nacional de paralisação na educação e início da preparação para a greve geral no país.

Os economistas do Dieese/SC, José Álvaro Cardoso e Maurício Mulinari foram palestrantes do debate realizado na Fecesc. O supervisor técnico do Departamento em Santa Catarina provou que o Sistema de Seguridade Social no Brasil é superavitário, ao contrário do que diz o governo. “O saldo positivo da Previdência foi de R\$ 20 bilhões, em 2016, e, em anos de crescimento econômico, chega a R\$ 75 bilhões de superávit”, destacou José Álvaro Cardoso. Ele diz que as contas apresentadas pelo governo são falsas, porque não são computados todos os recursos da Seguridade, como os oriundos do PIS/Cofins, da Contribuição sobre o Lucro Líquido, das Loterias e do PIS/Pasep. José Álvaro critica: “O objetivo do go-

verno com a reforma da Previdência é economizar R\$ 650 bilhões em 10 anos, valor que é gasto em apenas 12 meses para pagar os juros da dívida pública”.

Destruição da Previdência

O economista Maurício Mulinari adverte que Michel Temer quer “a destruição da Previdência pública”. Ele lembra que a Previdência é a principal política de distribuição de renda no Brasil e estima que a reforma de Temer pretende jogar 70% dos brasileiros abaixo da linha da miséria. “A reforma envolve medidas como a elevação da idade mínima de aposentadoria, seja homem, mulher, trabalhador rural, professor da rede pública, vão ter que trabalhar até 65 anos e contribuir mensalmente para atingir 25 anos ininterruptos de contribuição à Previ-

dência”. Na sua avaliação, “quase 40% da população estará impossibilitada de se aposentar, e aqueles que conseguirem terão reduzido tanto o tempo de vida para gozar do benefício, quanto o valor recebido, que será, em média, 30% menor”.

Maurício sugere que o movimento sindical discuta a reforma nos locais de trabalho: “A única possibilidade de barrar é sair às ruas e se colocar como sujeito político nesta disputa, fazer o debate e mobilizar amplos setores da sociedade. Se não tiver a mobilização como prioridade, o brasileiro vai ser jogado a condições semelhantes a 1930”, conclui.

Fonte: Informaeditora



Reitoria regulamenta ponto docente sem ouvir o Sinasefe

Uma comissão formada pela Reitoria no final do ano passado, com o objetivo de regulamentar o ponto docente, quer obrigar os professores do IFSC a registrar presença em todos os locais onde suas atividades são desenvolvidas. A medida, discutida pela Diretoria da Seção Sindical ainda em 2016, é considerada absurda e descabida.

No entendimento da DSS, as atividades docentes vão

muito além das aulas ministradas em sala, são bastante dinâmicas e não acontecem sempre e necessariamente no mesmo local e horário, como nos casos de participação em bancas, orientação de alunos, etc. Além disso, especialmente em câmpus como o de Florianópolis, por exemplo, os professores em sua maioria não tem um espaço próprio para realização de suas atividades extraclasse. Não há salas, computadores,

nem condições adequadas que possibilitem o docente a cumprir o horário na íntegra em seu câmpus.

A DSS chegou a questionar como seria possível colocar todos os docentes na sala de professores para preparar aulas, corrigir provas, organizar material, fazer pesquisa, etc. A diretoria da Seção entende que as atividades docentes já são publicadas no PSAD, que é preenchido mensalmente com todas as

atividades que o professor desenvolve no semestre, o que torna essa regulamentação totalmente desnecessária.

Outro problema grave é que, após ser consultado pela Reitoria sobre a possibilidade de indicar representantes para a comissão responsável por esse trabalho, o Sinasefe respondeu que não participaria, mas gostaria de ser consultado antes da publicação do resultado final, o que acabou não acontecendo.

TRANSPARÊNCIA

Seção passa a prestar contas também no boletim impresso

Além de disponibilizar em seu site, há mais de seis anos, os balanços anuais e as demonstrações financeiras mensais das últimas três gestões do sindicato, a Seção IFSC do Sinasefe volta a prestar contas de suas finanças, a partir desse mês, também por meio do seu boletim impresso Contexto.

O quadro resumido é idêntico ao que é publicado no site, com a diferença que na internet o sindicalizado tem acesso à tabela completa do ano, com todos os meses, o que permite um comparativo mês a mês das receitas e despesas da entidade.

Por ter espaço limitado, o boletim impresso traz apenas a última tabela mensal elaborada e entregue pela assessoria contábil da Seção. Confira abaixo as receitas e despesas de outubro de 2016.

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO MENSAL	
DE RESULTADO – 10/2016	
RECEITAS	
Mensalidade Sindicalizados	141.013,45
Receitas Financeiras	3.315,44
Taxa Adm. De Convênios	6.564,53
Taxa Utilização - Sede Balneária	100,00
Recuperação Taxas Bancárias	849,15
Reversões de ações judiciais	3.870,91
Diversas	8.677,63
TOTAL DAS RECEITAS	164.391,11
DESPESAS	
De Pessoal	39.507,28
Encargos Sociais	8.815,70
Inss – plano de saúde	-
Serviços de Terceiros	17.214,20
Tributárias	-
Despesas bancárias	2.853,05
Luz/Água/Telefone/Correios	2.541,45
Repasse 15% SINASEFE Nacional	21.137,87
Eventos	45.759,92
Divulgação	-
Despesas Sede Administrativas	8.270,77
Doações efetuadas	1.620,00
Despesas Adm. Sede Balneária	2.627,69
TOTAL DAS DESPESAS	150.347,93
RESULTADO OPERACIONAL	14.043,18
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	
Depreciações	1.171,50
Juros sobre convênios	-
TOTAL DESP. NÃO OPERACIONAIS	1.171,50
RESULTADO GERAL	12.871,68
Florianópolis, 28 de novembro de 2016.	
MCA - ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA	
JÚLIO CÉSAR VIEIRA	
CONTADOR – CRC/SC 13.176/O-9	

Nota de apoio à greve dos servidores de Florianópolis

Em sua última assembleia, realizada no dia 13/02, os servidores do IFSC aprovaram, por unanimidade, o apoio financeiro e político à greve dos trabalhadores do município de Florianópolis, iniciada no dia 17 de janeiro. A categoria, formada por auxiliares de sala, professores, médicos, enfermeiros, farmacêuticos, assistentes sociais, servidores administrativos, dentre outros, luta pela revogação dos projetos de lei do Executivo aprovados a toque de caixa pela Câmara de Vereadores no início desse ano, em pleno recesso parlamentar, especialmente o que suspende a aplicação do Plano de Carreira, Cargos e Salários do funcionalismo.

O Plano foi negociado com a Prefeitura e aprovado pela Câmara na gestão passada, com os votos favoráveis de muitos parlamentares que hoje, contraditoriamente, votaram pela revogação desse direito conquistado após mais de 30 anos de luta. Importante salientar que o PCCS teve apenas uma de suas quatro parcelas aplicadas, o que equivale a dizer que a maioria dos servidores, especialmente da educação e da saúde, sequer chegaram a ter acesso às promoções e incorporações previstas no projeto anterior.

A Procuradoria do Município, a mando do Prefeito Gean Loureiro, chegou a pedir a elevação do valor da multa contra o sindicato, a prisão dos seus dirigentes e a intervenção no Sintrasm. A peça judicial é digna dos mais obscuros tempos da ditadura militar no Brasil. Os servidores de Florianópolis, no entanto, não se intimidaram, fortaleceram ainda mais a greve e até a última quinta-feira, dia 16/02, sem acordo com a Prefeitura, continuavam firmes na luta em defesa de seus direitos.

